



O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO COREDE VALE DO CAÍ NO PERÍODO 1991/2010

**Nadine Führ Steffen
Alessandra Roehrig**

Resumo

Por meio de indicadores socioeconômicos, com ênfase no IDHM, o objetivo do artigo foi observar as principais características do desenvolvimento socioeconômico do COREDE do Vale do Caí entre 1991 e 2010, sob os três aspectos medidos pelo IDHM: Longevidade, Educação e Renda. Os COREDES foram criados para facilitar a participação e a integração de regiões geograficamente próximas, visando o desenvolvimento regional. Pode-se perceber que o aspecto Longevidade já era o mais desenvolvido e foi o que menos cresceu durante os anos. Já o aspecto Educação foi o que mais cresceu no período, contudo é o que menos contribui para o IDHM por ter um valor mais baixo se comparado aos outros. O aspecto Renda, se levado em consideração o Índice de Gini, tem um grande destaque, pois todos os municípios do grupo estão abaixo das médias estadual e nacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Desenvolvimento Regional. COREDE. Vale do Caí.

1 Introdução

Em busca de desenvolvimento regional para suprir demandas locais, já com um foco direcionado em decisões específicas, foram criados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Os Conselhos, no Rio Grande do Sul, consolidaram-se em 1994 e, desde o princípio, a estratégia dos grupos foi a de tentar diminuir as desigualdades sociais e regionais. Essa maneira descentralizada de administração e fiscalização surgiu também para repassar as responsabilidades aos municípios as quais os governos federal e estadual não estavam conseguindo absorver. Dentre os Conselhos do estado, encontra-se o COREDE Vale do Caí, que, em 2012, apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 4.386.461 bilhões, tendo assim uma participação no estado do Rio Grande do Sul de 1,58%. A parcela maior de contribuição para o PIB do estado está significativamente na criação de aves, no qual o COREDE tem destaque (PERFIS REGIONAIS 2015 – VALE DO CAÍ).

Os municípios que compõem este Conselho são: Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real. Em 2015, tal agru-



pamento totalizava 183.721 habitantes, representando 1,63% da população estadual no mesmo ano (11.247.972 habitantes) (FEE, 2017). O Vale do Caí¹ está localizado na parte centro-leste do estado, bastante próximo das principais regiões econômicas: Montenegro, por exemplo, principal município do Conselho, fica a cerca de 60 quilômetros da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Os COREDES mais importantes que estão a sua volta são: Vale do Rio dos Sinos, Serra, Vale do Taquari e Metropolitano Delta do Jacuí.

O objetivo deste estudo é analisar o processo de desenvolvimento socioeconômico dos municípios que integram o COREDE Vale do Caí, no período de 1991 a 2010, nas áreas de Renda, Educação e Longevidade, e orientar estratégias para seu desenvolvimento. A metodologia empregada foi a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que tem a função de medir o desenvolvimento dos municípios através das três dimensões descritas acima (quanto mais próximo 1 o indicador estiver, significa que vai desenvolvido o município está); e do Índice de Gini, que tem como o objetivo medir a desigualdade de renda existente em um determinado local. Assim, os indicadores utilizados demonstram o desenvolvimento humano no mais amplo sentido e para além dos dados quantitativos podem contribuir para o desenho da realidade e da qualidade de vida da sociedade, sendo apresentados aqui com enfoque nos COREDES, no Rio Grande do Sul e no Brasil.

O trabalho apresentado está dividido em seis seções, iniciando com essa introdução. A segunda seção aborda a descentralização e o desenvolvimento do Vale do Caí. Na terceira seção são descritos os procedimentos metodológicos do estudo e a caracterização da região é descrita na quarta seção. Os resultados são apresentados na quinta seção, bem como as considerações finais na sexta seção.

2 Descentralização e desenvolvimento

A partir de 1980, as fontes de financiamento do setor público se tornam restritas junto à uma elevada dívida interna e externa. As mudanças sociais e políticas mostram a vontade de ampliar a democracia (rompendo com a gestão autoritária do regi-

¹ Vide mapa do COREDE Vale do Caí no Anexo 1.



me militar ainda vigente) e, motivada também por exemplos de outros países latino-americanos. Assim, configurou-se no Brasil uma reforma na gestão pública através do debate sobre descentralização política, administrativa e fiscal, de maneira a melhorar a participação, a clareza das responsabilidades e a divisão das receitas entre a população. O processo de descentralização é relevante em termos da ampla dimensão geográfica brasileira, permitindo, à luz da autonomia conferida aos estados e municípios, proximidade da população com as decisões, assim como dos órgãos públicos com as necessidades da sociedade. O novo desenho institucional fora legitimado pela Constituição Federal de 1988, que “[...] assegurou a participação da população, por meio de organizações representativas, no processo de formulação e controle das políticas públicas em todos os níveis da gestão administrativa (municipal, estadual e federal)” (ROCHA, 2009, p. 5).

Nos cinquenta anos anteriores a 2000, a quantidade de municípios quase quadruplicou, acelerando-se em 1970: 3.952 novos municípios; em 1980, 3.974; em 1990, 4.491; e em 2000, 5.560. A região Sul está atrás da Nordeste e Sudeste em quantidade de municípios criados. Sobre o estado do Rio Grande do Sul, em 1988 era formado por 244 municípios, passando para 497 em 2000, o que representa um incremento de 253 municípios ou 104%. Dentre os novos municípios, 82% tinham população menor que 5 mil habitantes, 15% entre 5 e 10 mil habitantes e os outros 3% maior que 10 mil habitantes (IBGE, 2017). Ainda nesse sentido, em 1994 foram oficializados os COREDES, que, através do agrupamento de municípios por localização geográfica, buscavam melhorar a comunicação entre o Conselho e deste com o estado, a eficiência, a participação e o fortalecimento dos municípios, resultando em desenvolvimento regional.

3 Metodologia

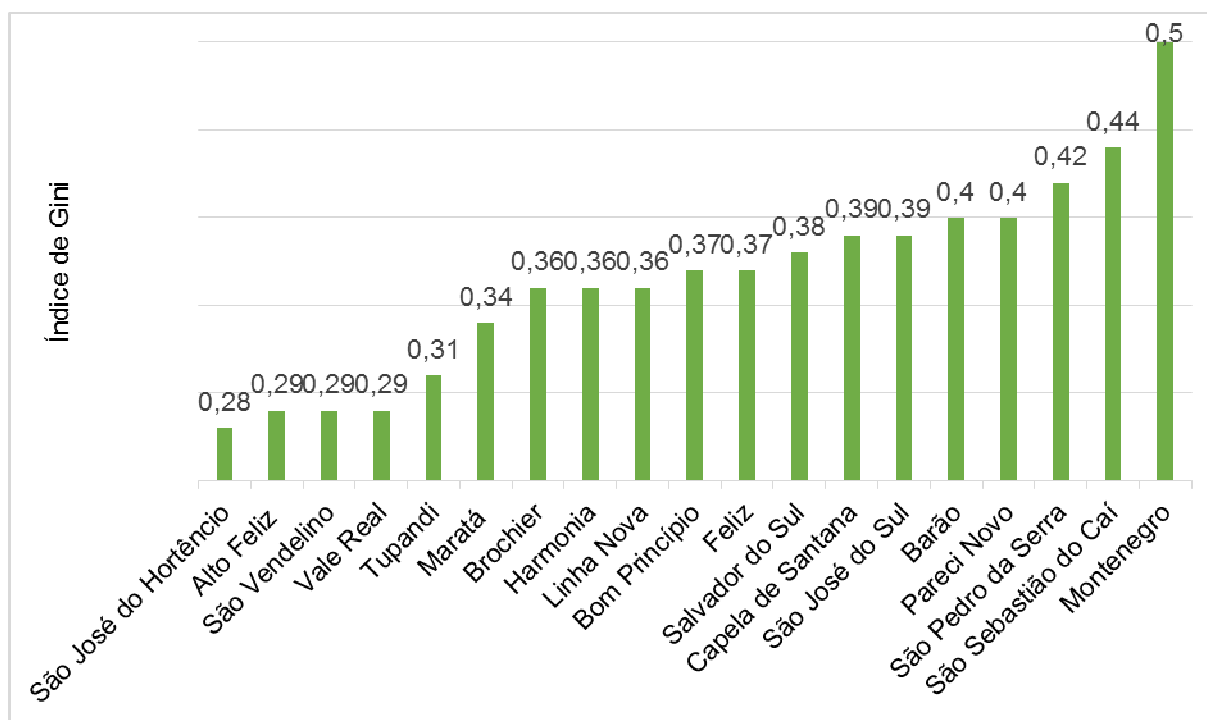
Em meio aos 28 COREDES oficiais em 2013 no Rio Grande do Sul, selecionou-se para o estudo o COREDE Vale do Caí, em virtude do mesmo ser composto por alguns dos municípios mais igualitários do Brasil (medidos pelo Índice de Gini), segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

O primeiro lugar do Brasil em igualdade na distribuição de renda está no Vale do Caí: é São José do Hortêncio, com 0,28. Também estão no Conselho o segundo



colocado, que é Alto Feliz e também Vale Real e São Vendelino, com 0,29; e o quarto, Tupandi, com 0,31; além de Maratá, Brochier, Harmonia e Linha Nova entre os melhores observados (Gráfico 1).

Gráfico 1: Índice de Gini para os municípios do COREDE Vale do Caí – 2010



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Atlas 2013 – Organização das Nações Unidas.

O Índice de Gini varia de 0 a 1, onde zero seria possível apenas se toda população tivesse a mesma renda, num estado de total igualdade. No mesmo ano, o Gini para o Rio Grande do Sul foi de 0,54 e para o Brasil foi de 0,6, fazendo-o, assim, uma das nações mais desiguais do planeta. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Índice de Gini da Noruega foi de 0,25, fazendo dos municípios do COREDE Vale do Caí muito próximos à referência internacional de igualdade. Os principais municípios no Brasil estão na região Sul e alguns poucos na região Sudeste, ilustrando maior homogeneidade populacional e distribuição de renda igual, sem discriminação entre ricos e pobres ou qualidade de vida.

Buscou-se verificar a existência de relação entre a destacada igualdade nos municípios integrantes do COREDE e os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Para a análise foram utilizados dados dos anos de 1991, 2000 e



2010 e o grupo de estudo é formado pelos 19 municípios do COREDE do Vale do Caí. De princípio serão apresentados alguns dados gerais do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e logo após mais especificamente seus três aspectos principais, sendo eles: IDHM Renda, IDHM Longevidade e IDHM Educação.

O IDHM é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro. No artigo também são tratados outros indicadores socioeconômicos, como Índice de Gini² e renda *per capita*³ (relacionados com o fator Renda); esperança de vida ao nascer⁴ e taxa de envelhecimento⁵ (relacionados com o fator Longevidade); taxa de analfabetismo⁶ e expectativa de anos de estudo⁷ (relacionados com o fator Educação). Todos os dados encontrados estão descritos no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013 (ATLAS BRASIL, 2017).

O IDHM, assim como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), são mensurados de igual maneira, ambos variam de 0 a 1, sendo que 0 (zero) indica que não houve desenvolvimento; de 0 a 0,499 indica que houve muito baixo desenvolvimento; de 0,5 a 0,599 indica que houve um baixo desenvolvimento; de 0,6 a 0,699 indica que houve um médio desenvolvimento; de 0,7 a 0,799 o desenvolvimento é classificado como alto; e de 0,8 a 1, houve um desenvolvimento muito alto. Assim, o IDHM geral ou IDH geral é calculado pela média geométrica entre: IDHM ou IDH Longevidade, Renda e Educação, tendo cada um dos indicadores um terço de peso no total.

4 Caracterização da região

O Vale do Caí foi colonizado na metade do século XIX, principalmente por povos açorianos, alemães e italianos. Porém, sabe-se que essa região era antes habita-

² Índice de Gini serve para medir a desigualdade *per capita* entre os indivíduos.

³ Renda *per capita* municipal, é a soma de todas as rendas das pessoas que residem em um determinado município dividido pelos habitantes do mesmo município.

⁴ Esperança de vida ao nascer, uma expectativa de anos que as pessoas vão viver a partir do nascimento.

⁵ Taxa de Envelhecimento, uma relação entre a quantidade de idosos e a população jovem, ou seja, uma razão entre o número de pessoas de 60 ou mais para cada 100 pessoas de menos de 15 anos.

⁶ Taxa de Analfabetismo, a partir de uma faixa etária, uma taxa de analfabetos do grupo.

⁷ Expectativa de anos de estudo, também uma expectativa da quantidade de anos de estudos de uma pessoa.



da por índios. Como, por exemplo, em 1635, Montenegro era habitada por índios ibi-riaros, que viviam às margens do Rio Caí (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE-NEGRO, 2017).

O COREDE, em 2010, tinha 169.580 habitantes em uma área de 1.854,4 Km², sua densidade demográfica é de 91,4 hab./km². Dentre os 19 municípios que o compõem, os mais povoados no mesmo ano eram Montenegro, com 59.415 habitantes, e São Sebastião do Caí, com 21.932 habitantes. O restante dos municípios eram todos pequenos com menos de 21 mil habitantes cada.

A estrutura produtiva do Vale do Caí está articulada no setor de serviços, responsável por 50,2%; na indústria, responsável por 32,8% (as duas com a ênfase maior no município de Montenegro); e na agropecuária, que representa 17% (com destaque no município de Salvador do Sul). Na indústria pode-se destacar o setor de calçados e na agropecuária o setor de aves e suínos. O grupo também tem uma parcela importante na silvicultura e na produção de carvão (principalmente em Brochier) e na agricultura, como principais produtos figuram morango, amora, bergamota, laranja, couve-flor, mandioca e tomate. As principais transações comerciais são com Porto Alegre e a com os municípios da Serra Gaúcha (PERFIS REGIONAIS 2015 – VALE DO CAÍ, 2015).

No período 2000 e 2010, as populações entre 15 a 65 anos e acima de 65 anos aumentaram, deixando o COREDE com um aumento da população que representa a População Economicamente Ativa (PEA). Isso quer dizer que um maior número de pessoas buscou habitar o Vale do Caí em busca de emprego, crescendo, assim, a oferta de trabalhadores na região. O PIB do COREDE foi de quase R\$ 4,4 bilhões em 2012. Já o PIB *per capita* ficou em R\$ 25.442,00, abaixo da média do Rio Grande do Sul que era de R\$ 25.779,00. Na renda *per capita* média de 2010, São José do Sul foi o único município que ficou acima da renda média estadual, com R\$ 989,48, sendo a média estadual de R\$ 959,24. Capela de Santana foi o município com o valor mais baixo do grupo, de R\$ 533,89 (PERFIS REGIONAIS 2015 – VALE DO CAÍ, 2015).

O Vale do Caí possui abundantes recursos hídricos: o Rio Caí e o Rio Taquari-Antas, afluentes da Bacia do Guaíba, passam ou entornam o COREDE. Porém, infelizmente grande parte desses recursos está muito poluída, como consequência dos despejos de esgotos urbanos, domésticos e industriais, assim como nas agroindús-



trias, com seus fertilizantes e agrotóxicos (PERFIS REGIONAIS 2015 – VALE DO CAÍ, 2015).

5 Resultados e discussão

A tabela 1 exibe o IDHM (Geral e Dimensões) dos municípios, nos anos de 1991 e 2010.

Tabela 1: IDHM dos Municípios Integrantes do COREDE Vale do Caí – 1991/2010

| Municípios | Geral | | Renda | | Educação | | Longevidade | |
|-----------------------|-------|-------|-------|-------|----------|-------|-------------|-------|
| | 1991 | 2010 | 1991 | 2010 | 1991 | 2010 | 1991 | 2010 |
| Alto Feliz | 0,5 | 0,734 | 0,59 | 0,74 | 0,281 | 0,603 | 0,754 | 0,886 |
| Barão | 0,456 | 0,748 | 0,571 | 0,767 | 0,23 | 0,652 | 0,722 | 0,836 |
| Bom Princípio | 0,52 | 0,746 | 0,639 | 0,751 | 0,289 | 0,661 | 0,761 | 0,836 |
| Brochier | 0,471 | 0,699 | 0,581 | 0,723 | 0,237 | 0,554 | 0,76 | 0,851 |
| Capela de Santana | 0,416 | 0,661 | 0,588 | 0,675 | 0,175 | 0,525 | 0,699 | 0,816 |
| Feliz | 0,563 | 0,75 | 0,683 | 0,758 | 0,343 | 0,658 | 0,761 | 0,847 |
| Harmonia | 0,541 | 0,749 | 0,662 | 0,748 | 0,32 | 0,668 | 0,746 | 0,841 |
| Linha Nova | 0,475 | 0,749 | 0,641 | 0,751 | 0,227 | 0,662 | 0,735 | 0,846 |
| Maratá | 0,474 | 0,697 | 0,609 | 0,729 | 0,232 | 0,54 | 0,754 | 0,862 |
| Montenegro | 0,543 | 0,755 | 0,669 | 0,761 | 0,322 | 0,654 | 0,742 | 0,866 |
| Pareci Novo | 0,478 | 0,749 | 0,639 | 0,738 | 0,219 | 0,668 | 0,78 | 0,852 |
| Salvador do Sul | 0,524 | 0,74 | 0,63 | 0,75 | 0,299 | 0,641 | 0,762 | 0,843 |
| São José do Hortêncio | 0,481 | 0,707 | 0,584 | 0,717 | 0,253 | 0,597 | 0,752 | 0,824 |
| São José do Sul | 0,416 | 0,725 | 0,588 | 0,774 | 0,167 | 0,59 | 0,734 | 0,836 |
| São Pedro da Serra | 0,546 | 0,739 | 0,658 | 0,748 | 0,328 | 0,634 | 0,754 | 0,851 |
| São Sebastião do Caí | 0,552 | 0,739 | 0,668 | 0,734 | 0,339 | 0,646 | 0,744 | 0,852 |
| São Vendelino | 0,509 | 0,754 | 0,622 | 0,743 | 0,273 | 0,677 | 0,777 | 0,852 |
| Tupandi | 0,405 | 0,718 | 0,575 | 0,742 | 0,153 | 0,597 | 0,754 | 0,836 |
| Vale Real | 0,451 | 0,737 | 0,579 | 0,739 | 0,22 | 0,636 | 0,721 | 0,85 |

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de PNUD (2016).

Parte-se para a interpretação dos indicadores para cada um dos dezenove municípios integrantes do COREDE Vale do Caí:

1. Alto Feliz: o IDHM geral cresceu 46,8% no período, o índice que mais se destacou foi a Educação que em 1991 era 0,281 e já em 2010 foi de 0,603. A Renda era de 0,59 e passou para 0,74. Já a Longevidade passou de



- 0,754 para 0,886, deixando o município na primeira colocação desse aspecto, dentro do COREDE.
2. Barão: 64,03% foi o aumento do IDHM geral de 1991 a 2010, o índice da Educação quase triplicou, passando de 0,23 para 0,652. A Renda passou de 0,571 para 0,767 (o índice mais alto do grupo) e a Longevidade de 0,722 para 0,836.
 3. Bom Princípio: houve um aumento de 43,46% no IDHM geral, o fator Renda passou de 0,639 para 0,751, o fator Educação passou de 0,289 para 0,661 e o fator Longevidade passou de 0,761 para 0,836.
 4. Brochier: o IDHM geral evoluiu 48,40%, de 1991 a 2010 e o fator que mais representativo foi a Educação, de 0,237 para 0,554. O índice Renda (0,581 para 0,723) também teve aumento, assim como a Longevidade (0,76 para 0,851).
 5. Capela de Santana: 58,89% foi o aumento do IDHM geral, mesmo assim é o município do COREDE que ficou com índice mais baixo. Comparando 1991 a 2010 percebemos aumento nas três áreas analisadas, Renda (0,588 para 0,675), Educação (0,175 para 0,525), Longevidade (0,699 para 0,816).
 6. Feliz: Esse município teve um avanço de 33,21% no IDHM geral. Em 1991, o município tinha o índice mais alto do COREDE na Educação, com 0,343 e já em 2010 estava com 0,658, passando para a sexta colocação no bloco. A Renda passou de 0,683 para 0,758 e a Longevidade de 0,761 para 0,847.
 7. Harmonia: o IDHM geral evoluiu 38,44% de 1991 até 2010. A Renda passou de 0,662 para 0,748, a Educação passou 0,32 de para 0,668, a Longevidade passou 0,746 de para 0,841.
 8. Linha Nova: 57,68% foi o crescimento do IDHM geral, o aspecto que mais avançou foi a Educação, de 0,227 para 0,662. O fator Renda aumentou de 0,641 para 0,751 e o fator Longevidade de 0,735 para 0,846.
 9. Maratá: houve um avanço de 47,04% no IDHM geral do município. A Renda passou de 0,669 para 0,761, a Educação de 0,322 para 0,654 e a Longevidade de 0,742 para 0,866.
 10. Montenegro: o IDHM geral do município cresceu 39,04%, o que mais se destacou foi a Educação passando de 0,219 para 0,668. A Renda avançou de 0,639 para 0,738 e a Longevidade de 0,78 para 0,852.



11. Pareci Novo: o IDHM geral evoluiu 56,69% no período, impressionando o fator Educação que triplicou, de 0,219 em 1991 passou para 0,668 em 2010. Renda foi de 0,239 para 0,738 e Longevidade de 0,78 para 0,852 entre 1991 e 2010, respectivamente.
12. Salvador do Sul: o IDHM geral cresceu 41,22%, passando a Renda de 0,63 para 0,75 e a Longevidade de 0,762 para 0,843, destacando-se novamente o fator educação, que de 0,299 em 1991 alcançou 0,641 em 2010.
13. São José do Hortêncio: o IDHM geral avançou 46,99%, passando a Renda de 0,584 para 0,717 e a Longevidade de 0,752 para 0,824, sendo a Educação o fator de maior crescimento no período: de 0,253 para 0,597.
14. São José do Sul: o IDHM geral cresceu significativos 74,28%, com destaque para a Educação que cresceu mais de 250% no período (de 0,167 para 0,59), a Renda passou de 0,588 para 0,774 e a Longevidade de 0,734 para 0,836.
15. São Pedro da Serra: o IDHM geral evoluiu 35,35%, o fator Educação foi de 0,328 para 0,634, o Longevidade de 0,754 para 0,851 e o Renda de 0,658 para 0,748 entre 1991 e 2010.
16. São Sebastião do Caí: o IDHM geral aumentou 33,88%, o fator Educação foi de 0,339 para 0,646, o Longevidade de 0,744 para 0,852 e o Renda de 0,668 para 0,734 entre 1991 e 2010.
17. São Vendelino: o IDHM avançou 48,13%, observado também o maior desenvolvimento no fator educação, de 0,273 em 1991 para 0,677 em 2010. Renda passou de 0,622 para 0,743 e Longevidade de 0,777 para 0,852.
18. Tupandi: é o município do COREDE no qual o IDHM geral mais cresceu no período (de 0,405 a 0,718) conferindo a taxa de 77,28%. O fator Educação cresceu 290%, passando de 0,153 para 0,597, Longevidade passou de 0,754 para 0,836 e Renda de 0,575 para 0,742.
19. Vale Real: O IDHM geral evoluiu 63,41%, onde o fator Renda passou de 0,579 para 0,739, o Educação de 0,22 para 0,636 (quase triplicou) e o Longevidade de 0,721 para 0,85, entre 1991 e 2010.

Em síntese, dentro do COREDE no ano de 1991, o município de maior desenvolvimento humano era Feliz (0,563) e o pior posicionado era Tupandi (0,405). Observando os dados de 2010, constatou-se que houve uma mudança nessa composição,



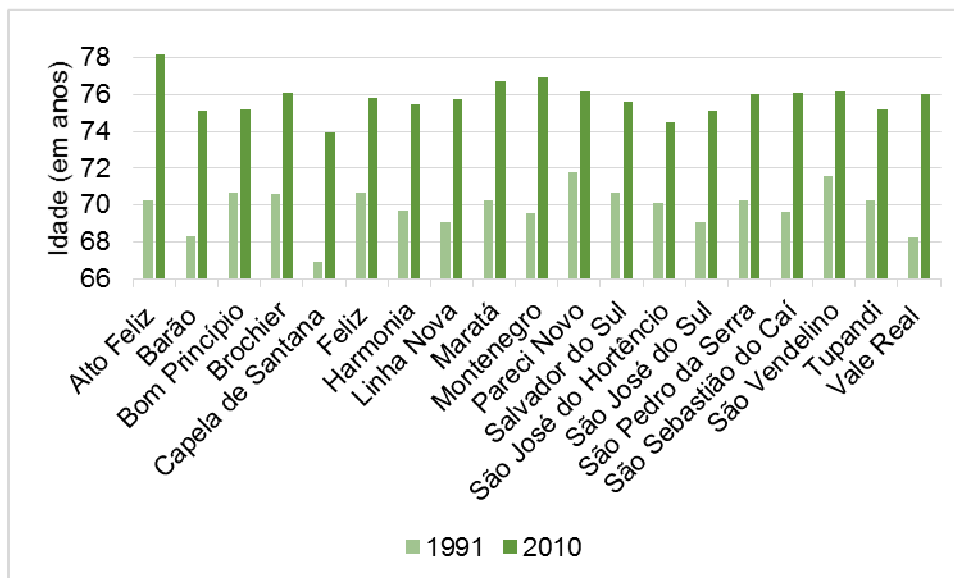
visto que alguns municípios avançaram mais que outros em termos de desenvolvimento, norteados pelas políticas públicas adotadas: o município de Montenegro é que ficou com IDHM maior, de 0,755, seguido de São Vendelino, com 0,754, enquanto Capela de Santana foi o município que ficou com o índice mais baixo, de 0,661. (Capela de Santana (0,661), Brochier (0,699) e Maratá (0,697) ainda estão com seu IDHM médio, ficando atrás dos outros municípios do Vale do Caí que já estão com seu IDHM alto). Na dimensão renda, o município de Barão teve o IDHM mais alto, com 0,767 e Capela de Santana o mais baixo, com 0,675. Analisando o aspecto educação, o município de São Vendelino teve seu IDHM em 0,677, sendo a melhor colocação; o município de Capela de Santana teve o menor índice, 0,525. A longevidade mais alta entre os municípios, está em Alto Feliz, com 0,886 no IDHM, e a mais baixa está em Capela de Santana, com o índice em 0,816, enquadrando todos os municípios na faixa de desenvolvimento humano muito alto nesse fator.

Os dados permitem afirmar que o COREDE do Vale do Caí em geral tem uma média de 0,731 no Índice de Desenvolvimento Humano com base no ano de 2010, classificando-o na faixa alta de desenvolvimento. Em comparação, em 1991 o IDHM médio do COREDE era de 0,491 (faixa de desenvolvimento muito baixa), representando um crescimento médio de 49,08% no período. No COREDE, o fator mais desenvolvido é a Longevidade com 0,846, e no outro extremo está a educação com 0,624 no IDHM, mesmo sendo o índice que mais evoluiu no Vale do Caí observando o período de 1991 a 2010.

O fator Longevidade pode ser detalhado nos indicadores de Esperança de Vida ao Nascer e na observação da Taxa de Envelhecimento. O COREDE apresentou um aumento médio de 5,9 anos na Esperança de Vida no período e tanto em 1991 quanto em 2010 obteve médias superiores ao Rio Grande do Sul (68,76 e 75,38 anos, respectivamente) e ao Brasil (64,73 e 73,94 anos, respectivamente). Vale lembrar que a média de anos no COREDE, em 1991, era de 69,88, passando para 75,78 em 2010 (Gráfico 2).



Gráfico 2: Esperança de vida ao nascer – 1991/2010

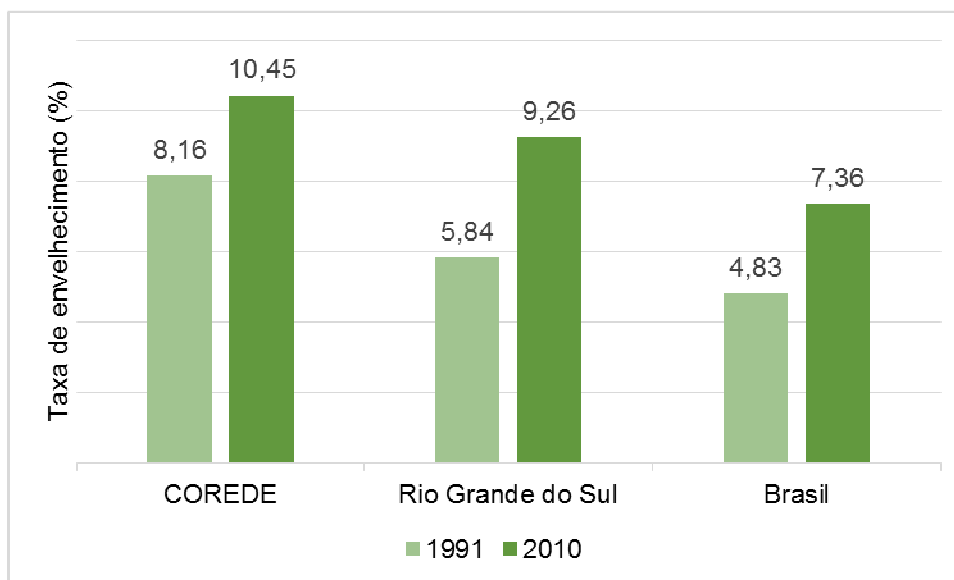


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de PNUD (2016).

Em 1991, a maior Esperança de Vida ao Nascer era a de Pareci Novo (71,78) e em 2010, a de Alto Feliz (78,14). A pior para ambos os anos era de Capela de Santana (de 66,91 para 73,93). Quanto à Taxa de Envelhecimento, o COREDE Vale do Caí desde 1991 apresenta o maior indicador na análise comparativa ao Rio Grande do Sul e ao Brasil. Isso, junto à maior Esperança de Vida, pode significar que a região tem histórico de envelhecimento populacional, abrigando proporcionalmente mais idosos do que jovens e crianças. Para o COREDE, o crescimento na taxa do período foi de 28,04%, para o Rio Grande do Sul de 58,56% e para o Brasil de 52,38% (Gráfico 3).



Gráfico 3: Taxa de envelhecimento – 1991/2010

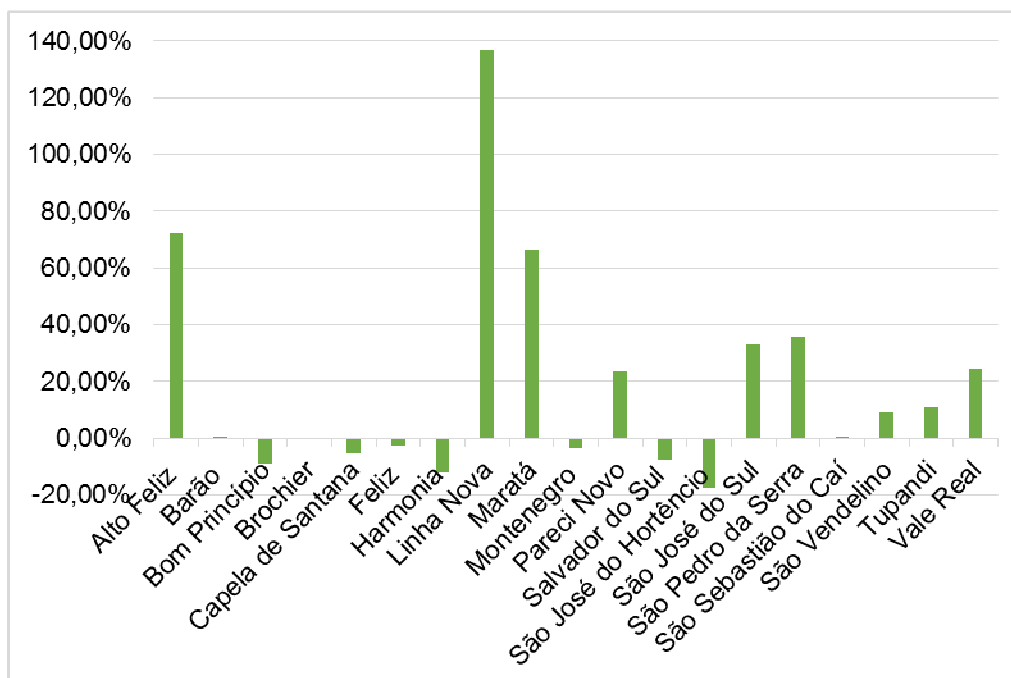


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de PNUD (2016).

O fator Educação é traduzido em Taxa de Analfabetismo e Expectativa de anos de Estudo. No período, a taxa média de analfabetismo do COREDE foi reduzida em 57%, sendo consideradas as diferentes faixas etárias, de um estado inicial médio de 3,86% para 1,66%, sendo a melhora do indicador mais significativa para idades a partir de 18 anos. Sobre a Expectativa de Anos de Estudo, oito municípios baixaram a média no período, como exemplo, São José do Hortêncio, que passou de 11,66 para 9,64 anos; Harmonia, de 11,09 para 9,73; e Bom Princípio, de 10,64 para 9,71. Dentre os municípios que aumentaram o indicador, estão Maratá, que passou de 5,3 para 8,83; Alto Feliz, de 5,65 para 9,73; e, destacadamente, Linha Nova que incrementou a Expectativa de Anos de Estudo em 136,87%, partindo de 4,53 para 10,73 em 2010. Se faz importante salientar que, em geral, os municípios que regrediram na análise já em 1991 apresentavam uma boa média de anos de estudo, enquanto os que mais avançaram rondavam 6 ou 7 anos de estudo em média. O município de São Vendelino, que em 1991 já contava com 10,31 anos de estudo, cresceu em 9,09% e alcançou em 2010 a maior Expectativa de Anos de Estudo para o COREDE, de 11,28. O Gráfico 4 ilustra a variação percentual da Expectativa de Anos de Estudo de 1991 para 2010 em todos os municípios do COREDE.



Gráfico 4: Variação percentual da Expectativa de Anos de Estudo entre 1991 e 2010



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de PNUD (2016).

O fator Renda dimensionado em termos do desenvolvimento da *renda per capita* é listado abaixo para os municípios, assim como para o Rio Grande do Sul e para o Brasil (Tabela 2).

Tabela 2: Renda *per capita* municipal do COREDE (R\$) – 1991/2010

| Municípios | 1991 | 2010 |
|-----------------------|--------|--------|
| Alto Feliz | 313,51 | 802,2 |
| Barão | 279,16 | 947,28 |
| Bom Princípio | 426,49 | 855,42 |
| Brochier | 296,93 | 720,21 |
| Capela de Santana | 309,72 | 533,88 |
| Feliz | 559,75 | 897,05 |
| Harmonia | 492,65 | 840,55 |
| Linha Nova | 432,84 | 857,79 |
| Maratá | 353,51 | 745,31 |
| Montenegro | 513,74 | 914,23 |
| Pareci Novo | 426,83 | 788,66 |
| Salvador do Sul | 404,12 | 852,02 |
| São José do Hortêncio | 303,05 | 693,46 |
| São José do Sul | 310,45 | 989,48 |
| São Pedro da Serra | 481,3 | 842,22 |
| São Sebastião do Caí | 512,34 | 772,04 |
| São Vendelino | 383,38 | 814,28 |
| Tupandi | 285,91 | 808,39 |
| Vale Real | 293,55 | 795,41 |
| Rio Grande do Sul | 507,61 | 959,24 |
| Brasil | 447,56 | 793,87 |

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de PNUD (2016).

Conclui-se que todos os municípios avançaram no indicador em mais de 50% no período compreendido. Aqueles com menor renda *per capita* em 1991 estão entre os que mais evoluíram: Barão (239%), Tupandi (183%), Vale Real (171%). A melhor renda em 2010 era de São José do Sul (única acima da renda estadual), seguida de Barão e Montenegro, e a pior era de Capela de Santana, além de Brochier, Maratá, São Sebastião do Caí e Pareci Novo (estão abaixo inclusive da renda nacional).

6 Considerações finais

A partir da análise das diferentes dimensões do IDHM, é possível orientar estratégias de desenvolvimento por áreas, sendo elas Educação, Renda e Longevidade.

Analisando os dados do aspecto da Educação dos municípios do Vale do Caí, percebem-se grandes avanços no período de 1991 a 2010, porém também é possível identificar os entraves para o seu desenvolvimento: o problema maior circunda os jovens e adultos, porque grande parte dos municípios ainda tem uma parcela significati-



va de adultos que não concluíram o ensino fundamental (Brochier, por exemplo, tem 71% de sua população adulta com ensino fundamental incompleto, entre os jovens de 18 a 20 anos a parcela que concluiu o ensino médio está entre 30 e 40%); em Capela de Santana, apenas 31,48% dos jovens tinham concluído o ensino médio em 2010, o que mostra insuficiência de qualificação destes que já integram ou passarão a integrar o mercado de trabalho.

Os exemplos anteriores são negativos para o COREDE, refletindo a realidade dos demais municípios e sendo assim necessária a implantação e acompanhamento de políticas públicas que tragam jovens e adultos de volta ao ambiente educacional. É importante a viabilização do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de maneira a interessar e incluir aqueles que deixaram de estudar anteriormente e possibilitar seu conhecimento. De acordo com o fator Educação dentro do IDH, é observado que a evasão escolar vem historicamente sendo minorada, tanto a nível regional, como estadual e nacional; como consequência da legislação e adequação cultural. É preciso que as causas sejam investigadas para que, futuramente, os problemas da desatenção não tenham de ser remediados.

Observando o aspecto Renda dos municípios do COREDE do Vale do Caí, compreende-se que melhoras nos setores da economia devem acontecer para que a o fator Renda possa ascender. Em 2015, o Perfil Socioeconômico do COREDE Vale do Caí engloba três setores da economia: a Agropecuária com 17%, a Indústria com 32,8% e o setor de Serviços com 50,2%. O município de Salvador do Sul é que tem maior participação da Agropecuária na composição de seu produto, com 23% (a criação de aves predomina, com uma taxa de 88,1%). Montenegro tem a maior parcela na Indústria com 57% e também nos Serviços, com 41,3% do grupo.

Um dado interessante e que pode ajudar o desenvolvimento do grupo no aspecto renda é que a Transformação é responsável por 75,9% da Indústria e é esse segmento que emprega 48% da população do Vale do Caí. Sendo assim, é fundamental incorporar mais investimento em inovação e conhecimento, ciência e tecnologia, uma vez que a região já encontra estrutura acadêmica nas proximidades, como o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e a Universidade de Caxias do Sul (UCS). Para tanto, o papel do Estado é proporcionar adequada infraestrutura



tura de transportes e incentivar o empreendedorismo, na busca da melhor integração entre universidade e empresa.

O indicador de Longevidade está relacionado diretamente e é muito dependente dos fatores de Educação e de Renda, no qual a Longevidade ascende positivamente com ajuda dos mesmos. Com um aumento considerável na IDHM de Educação durante o período observado e um aumento da Renda, o fator Longevidade também aumentou, sendo que é o aspecto mais alto dos três, com uma média de 0,846. Ao longo do período entre 1991 e 2010 o COREDE conseguiu atingir uma taxa média de envelhecimento, lembrando que tal indicador explicita o aumento relativo da população de 65 anos ou mais, e esperança média de vida ao nascer mais alta que as médias do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Programas voltados à facilitação do acesso à saúde também foram fundamentais para o bom desenvolvimento do fator. Pode-se perceber um real cuidado nesse aspecto quando criadas políticas públicas que abrangem desde gestantes até idosos, prevenindo, acompanhando e tratando a saúde de todos. O resultado do atendimento à saúde e da clareza como este se dá significa ganho de bem-estar para pessoas, refletindo na melhora da Longevidade.

Referências

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD. Atlas Brasil 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

PERFIL SOCIOECONÔMICO COREDE VALE DO CAÍ. Porto Alegre, novembro de 2015.

Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134136-20151117104014perfis-regionais-2015-vale-do-cai.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2017

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>> Acesso em: 11 mar. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 26 abr. 2017

REVISTA ELETRÔNICA DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG, Anápolis, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/article/viewFile/406/334>> Acesso em: 26 abr. 2017

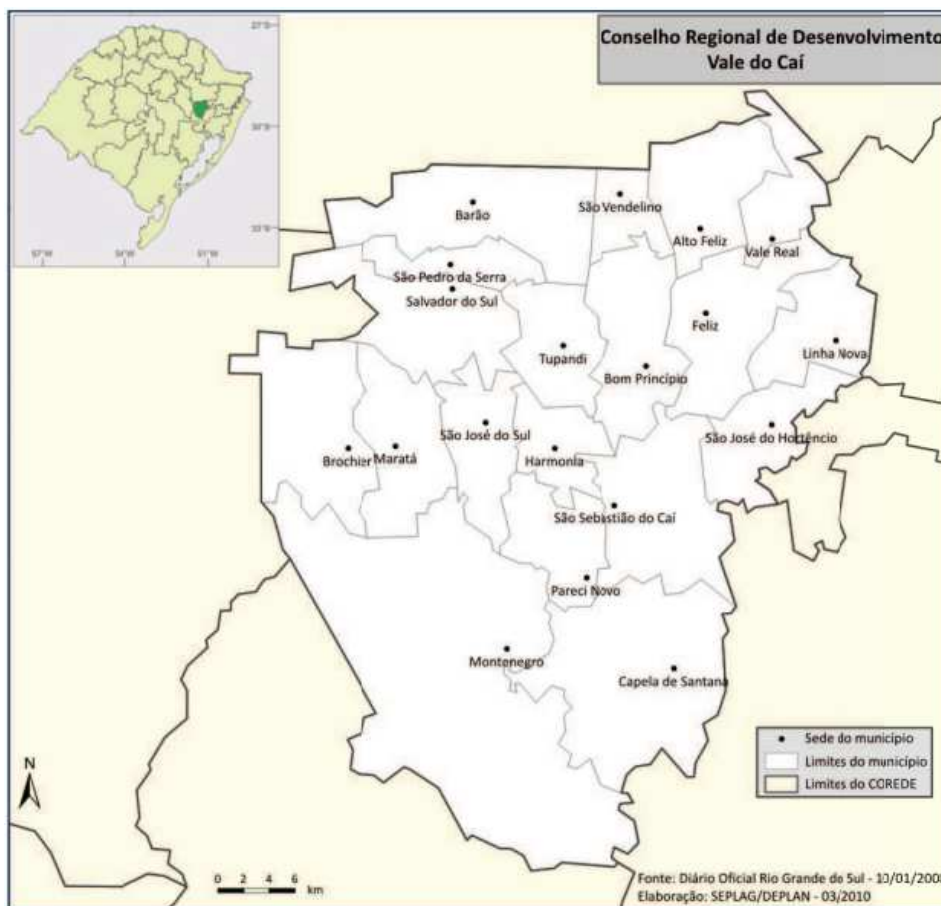


PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO Montenegro. Disponível em:
<<http://www.montenegro.rs.gov.br/>> Acesso em: 26 abr. 2017

ROCHA, Roberto. A GESTÃO DESCENTRALIZADA E PARTICIPATIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. Disponível em:
http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318&Itemid=114 Acesso em: 27 abr. 2017.

Anexos

Anexo 1: Mapa da delimitação geográfica do COREDE Vale do Caí



Fonte: Perfis Regionais 2015 – Vale do Caí (2015, p. 3).